

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

arrrendamentos são parte dos fluxos de caixa de atividades de financiamento. Conseqüentemente, as novas definições de uma locação foram ampliadas a todos os contratos vigentes na data da transição. A mudança na definição de um arrendamento se refere principalmente ao conceito de controle. A IFRS16/ CPC 06(R2) determina se um contrato contém um arrendamento com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando se há ou não, arrendamento de acordo com a IFRS16/ CPC 06(R2).

A Companhia com base em avaliações, identificou que o maior impacto produzido por essa norma foi relacionado ao reconhecimento no balanço patrimonial do direito de uso e passivos de arrendamento dos contratos de imóveis locados de terceiros e equipamentos, com prazos de vigências superiores a 12 meses enquadrados nos critérios estabelecidos pela norma.

A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Companhia optou por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na transição para a IFRS 16.

Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos de itens de baixo valor e com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma.

Adicionalmente, os seguintes expedientes técnicos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto. Nesse sentido, obteve-se a taxa incremental da captação, mensurada em 1º de janeiro de 2019. Por meio dessa metodologia a Companhia separou os arrendamentos em 2 categorias: Edificações e Terrenos e Equipamentos com uma taxa média de 6%, equivalente ao CDI acumulado.
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso.
- Utilização da percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos em que o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.

O arrendatário pode optar, para cada classe de ativo subjacente, por não separar os componentes do arrendamento de quaisquer componentes de não arrendamentos associados.

Impacto nas demonstrações financeiras na transição

Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019 estão apresentados a seguir:

	1º de janeiro de 2019 sem o efeito da IFRS 16	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Consolidado 1º de janeiro de 2019 com efeito da IFRS 16
Ativo			
Circulante	710.494	1.046.169	1.756.663
Não circulante	489.039	1.046.169	1.535.208
Direito de Uso	-	1.046.169	1.046.169
Total do ativo	1.199.533	1.046.169	2.245.702
Passivo			
Passivo circulante	520.188	90.235	610.423
Arrendamento por direito de uso	-	90.235	90.235
Passivo não circulante	91.663	955.934	1.047.597
Arrendamento por direito de uso	-	955.934	955.934
Total do patrimônio líquido	587.682	-	587.682
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.199.533	1.046.169	2.245.702

Para o período findo em 31 de dezembro de 2019 o impacto da adoção da nova norma reconhecido diretamente no resultado está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2019 sem o efeito da IFRS 16	(a)Efeito reversão do CPC 06 (R1) / IAS 17	(b)Efeito adoção CPC 06 (R2)/IFRS 16	Consolidado 31 de dezembro de 2019 com efeito da IFRS 16
Resultado				
Receita Operacional Líquida	3.500.840	-	-	3.500.840
Custos dos serviços prestados	(2.454.824)	-	-	(2.454.824)
Resultado Bruto	1.046.016			1.046.016
Despesas Administrativas	(510.217)	141.418	(119.856)	(488.655)
Outras Receitas Líquidas	19.472	-	-	19.472
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	555.270	141.418	(119.856)	576.832
Receita Financeira	167.322	-	-	167.322
Despesas financeiras	(95.672)	-	(58.972)	(154.644)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	626.920	141.418	(178.828)	589.511
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(216.091)	-	-	(216.091)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	-	12.719	12.719
Lucro líquido do período	410.829	141.418	(166.109)	386.139

(a) Despesa de arrendamento operacional antes da adoção CPC 06 (R1) / IAS 17.

(b) Despesa de depreciação de direito de uso após adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(ii) Interpretação técnica ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Contexto da interpretação-itens 1, 2 e 3.

1. O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia e suas controladas devem aplicar os requisitos do CPC 32, com base na legislação tributária aplicável.

2. Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação ou circunstância. A aceitabilidade de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. Conseqüentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da Companhia e de suas controladas.

3. **Nesta interpretação:** (a) “tratamentos fiscais” referem-se aos tratamentos utilizados pela Companhia ou que elas planejam utilizar nas apurações dos tributos sobre o lucro; (b) “autoridade fiscal” refere-se ao órgão ou órgãos que decidem se os tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária. Isso pode incluir tribunais; (c) “tratamento fiscal incerto” é o tratamento fiscal para o qual há incerteza sobre se a respectiva autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal de acordo com a legislação.

4. **Alcance da interpretação:** Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a companhia e suas controladas devem reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta Interpretação.

5. Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata: (a) se a companhia e suas controladas devem considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; (b) as premissas que a companhia e suas controladas devem elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; (c) como a companhia e suas controladas devem determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e (d) como a companhia e suas controladas devem considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Esse pronunciamento não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2019, bem como para o exercício social a findar-se em 31/12/2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

(iii) CPC00-R2- Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro

Esse novo CPC/IFRS esclarece as definições de ativo e passivo, critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Não se espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia para 31 de dezembro de 2020, bem como inexistem efeitos relevantes para elas em 31 de dezembro de 2019.

(iv) **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou ocultamento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das Demonstrações Financeiras de propósito geral fazem com base nessas Demonstrações Financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Outras normas contábeis a serem implantadas

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros e passivos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos e passivos financeiros com base nas categorias demonstradas abaixo. A mensuração subsequente de determinado item patrimonial depende da classificação do instrumento, sendo esta determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente pelas intenções da Companhia. Dentre os instrumentos consistem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas, além de contratos derivativos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras.

A Companhia e suas controladas possuem investimentos classificados como equivalentes de caixa, aplicações financeiras classificadas entre circulante e não circulante.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável, (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais passivos que a Companhia e suas controladas possuem nesta categoria são saldos de contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (que incluem os Instrumentos Financeiros Derivativos) e fornecedores e prestadores de serviços médico-hospitalar.

Não Reconhecimento e baixa: a Companhia baixa um item financeiro apenas quando os direitos ou as obrigações contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse item expiram, ou quando transfere substancialmente todos seus riscos e benefícios para um terceiro. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios juntamente com a propriedade do item financeiro, mas continuar a controlar, ou manter a obrigação com tal objeto, reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores a pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	1	1	78	67
Banco conta movimento	25	522	119	947
Aplicações Financeiras	1.558	574	900.814	660.940
	1.584	1.097	901.011	661.954
Aplicações Circulante	1.584	1.097	197	623.504
Títulos e valores mobiliários Circulante (a)	-	-	866.841	-
Títulos e valores mobiliários Não Circulante (a)	-	-	33.973	38.450
	1.584	1.097	901.011	661.954

As aplicações financeiras (em moeda nacional) são representadas em sua integralidade por investimentos em fundos de renda fixa de liquidez imediata, e remuneradas pela taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(a) **Títulos e valores mobiliários:** os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

4. Contas a receber

	Consolidado	
Descrição	2019	2018
Contas a Receber de clientes	54.300	52.093
Provisão para perdas sobre créditos (i)	(1.388)	(1.790)
Valor Líquido a Receber	52.912	50.303

(i) *Constituída pela estimativa dos títulos de beneficiários em atraso há mais de 60 dias para os planos individuais e/ou quando julgado perda pela Administração*

Em 31 de dezembro de 2019, os vencimentos dos valores a receber estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
Descrição	2019	2018
A vencer	17.867	11.407
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias	29.379	34.399
Vencidos de 31 até 60 dias	6.165	4.905
Vencidos de 61 até 90 dias	490	387
Vencidos de 91 até 120 dias	10	3
Vencidos de 121 até 180 dias	43	992
Vencidos acima de 181 dias	345	-
	54.300	52.093

Não foi necessária a realização de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2019.

5. Estoques

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Estoques de Materiais e Medicamentos (i)	16.649	12.649
Outros estoques	401	176
	17.050	12.825

(i) *São os medicamentos e materiais hospitalares que são adquiridos e destinados à utilização da Rede Própria hospitalar e ambulatória da controlada Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.*

6. Impostos a recuperar e impostos diferidos (ativo)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ a compensar (i)	-	-	10.806	8.296
CSLL a compensar (i)	-	-	4.462	3.539
IRRF a compensar	1	1	400	290
PIS/COFINS a compensar	-	-	2	119
Outros impostos a recuperar	-	-	134	1.032
	1	1	15.804	13.276
Total Circulante	1	1	4.975	5.693
Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Diferido	-	-	10.829	-
Imposto Diferido sobre direito de uso	-	-	12.719	-
	-	-	23.548	7.583
Total Não Circulante	1	1	28.523	13.276

(i) *Trata-se de antecipações de IRPJ e CSLL pagos por estimativa e saldos credores de períodos anteriores.*

7. Créditos diversos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores (i)	5	12	11.228	4.160
Adiantamentos a funcionários	9	18	6.640	6.020
Outros adiantamentos	466	45	6.349	2.214
	480	75	24.217	12.394

(i) *Referem-se a adiantamentos a fornecedores e prestadores de serviços, que são alocadas as respectivas contas de resultado, no momento que a prestação do serviço é efetivada ou que produto adquirido seja efetivamente entregue a Companhia.*

8. Transações com partes relacionadas

8.1. Saldos e transações em 31 de dezembro de 2019

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Air Jet Taxi Aéreo Ltda.	AFAC	19.481	2.680	-
Espaço Terra Hotel	AFAC	585	6.420	-
Sancta Maggiore Remoções	AFAC	3.339	4.800	-
		23.405	13.900	-

9. Despesas antecipadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas antecipadas	17	11	9.658	5.775
	17	11	9.658	5.775
Total Circulante	-	-	6.439	5.767
Total Não circulante	17	11	16.097	11.537

Referem-se a despesas antecipadas com serviços de publicidade a serem realizadas no prazo de 72 meses da controlada Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. e despesas de seguros diversos e com aeronaves a serem realizadas no prazo de 12 meses.

10. Investimentos em controladas

a) Composição dos investimentos

Ativo	Passivo	Em 31/12/2019			Controladora			
		Capital social	Patrimônio líquido da investida	% de participação no patrimônio líquido	Resultado do exercício	2019	2018	
Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.	1.564.510	1.564.510	113.702	824.508	71,52%	432.107	571.997	419.375
Hotel Espaço Terra Air Jet	7.036	7.036	56.000	5.159	99,99%	(7.578)	4.573	-
	75.211	75.211	150.000	69.740	99,99%	(33.245)	50.258	-
Sancta Maggiore Remoções	3.434	3.434	13.100	2.291	99,99%	(7.535)	-	-
Total participação em controladas						626.828	419.375	626.828
Total investimentos						626.828	419.375	626.828

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”). Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

b) Movimentação dos investimentos

	Saldo inicial	Acréscimo de Investimentos	Resultado de equivalência e provisão para perdas	Ganhos de capital nos investimentos	Saldo final
Movimentação em 2018	244.839	(84.734)	259.271	-	419.375
Movimentação em 2019	419.375	(171.763)	291.368	33.017	571.997
Air Jet Taxi Aéreo Ltda.					
Movimentação em 2018	(5.106)	24.351	(19.301)	-	(56)
Movimentação em 2019	(56)	83.559	(33.245)	-	50.258
Espaço Terra Hotel Ltda.					
Movimentação em 2018	4.809	-	(6.592)	-	(1.783)
Movimentação em 2019	(1.783)	13.935	(7.579)	-	4.573
Sancta Maggiore Remoções Ltda.					
Movimentação em 2018	(443)	-	(4.202)</		

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com Pessoal	(1.804)	(1.076)	(120.455)	(118.475)
Despesas com Serviços de Terceiros	(1.593)	(626)	(117.009)	(59.483)
Despesas com Localização e Funcionamento	(2.186)	(1.912)	(72.964)	(40.431)
Depreciação e Amortização	(240)	(2.115)	(21.795)	(30.505)
Despesas com Publicidade e Propaganda Institucional	(95)	(513)	(66.845)	(31.607)
Despesas Administrativas Diversas	(3.368)	(4.373)	(80.409)	(61.148)
Despesas com tributos (IPVA, IPTU, Taxas)	(12)	(51)	(9.178)	(4.395)
	(9.298)	(10.666)	(488.655)	(346.044)

24. Resultado financeiro, líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras	3	3	32.884	6.732
Receitas com Aplicações Financeiras	-	-	53.191	-
Ganhos Investimento Financeiro	-	-	64.535	52.209
Varição Cambial Ativa	1	-	16.712	13.910
Outras receitas financeiras	4	3	167.322	72.851

Despesas financeiras

Juros sobre empréstimos e Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(913)	(1.084)	(7.532)	(1.648)
Despesas com variação cambial passiva	-	-	(58.116)	(39.653)
Outras despesas financeiras	(51)	(42)	(88.996)	(9.836)
	(964)	(1.126)	(154.644)	(51.137)
	(960)	(1.123)	12.678	21.714

Resultado financeiro, líquido

25. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

(a) Composição das provisões de Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro – corrente. A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro Antes do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)			287.747	217.421
Ajustes ao Lucro Tributável para apuração da alíquota efetiva			-	-
Adições Temporárias e Permanentes			48.833	30.095
Exclusões Temporárias e Permanentes			(342.042)	(59.271)
Total Adições/ Exclusões, Líquidas Temporárias e Permanentes			(293.209)	(229.175)
Lucro Tributável			(5.462)	(11.755)
Alíquota fiscal nominal			34%	34%
Subtotal- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)			-	-
(-) Reduções e Incentivos fiscais			-	-
Despesa de IRPJ e CSLL Corrente			-	-

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Imposto de renda	13.584	13.315
Contribuição social	5.084	4.921
Lucro Antes do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)	648.198	514.498
Ajustes ao Lucro Tributável para apuração da alíquota efetiva	-	-
Adições Temporárias e Permanentes	43.352	27.548
Exclusões Temporárias e Permanentes	(34.779)	(30.534)
Total Adições/ Exclusões, Líquidas Temporárias e Permanentes	8.573	(2.986)
Lucro Tributável	656.771	511.512
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Subtotal- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	223.337	173.890
(-) Reduções e Incentivos fiscais	(3.941)	(3.069)
Despesa de IRPJ e CSLL Corrente	219.337	170.821

(b) Composição e reconciliação dos ativos fiscais diferidos para o Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro - diferidas

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo de Adições / Exclusões, temporárias líquidas (Representam Despesas Temporariamente Não Dedutíveis) e (deduzidos de incentivos fiscais)	31.850	22.302
(x) Alíquota Fiscal Nominal	34%	34%
(-) Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Diferido	10.829	7.583
(Despesa) Receita Líquida de IRPJ e CSLL Diferida	3.246	1.569

26. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído está demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	270.089	217.421
Ações ordinárias em circulação	65.000	65.000
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	4,4269	3,3449

A Companhia não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

27. Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros

Considerações Gerais e Políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, destinados a atender às necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, monitorados pela Administração da Companhia.

A Companhia e suas controladas não possuem operações com derivativos com caráter especulativo, pois a política estabelecida pela Administração, restringe a utilização destas operações apenas como proteção.

A Companhia está exposta a diversos riscos inerentes a natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito associado a possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pela possibilidade de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência.

A Companhia e suas controladas também está sujeita a risco de crédito associado as suas aplicações financeiras, atenuada pela escolha de instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos de renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco da Taxa de Câmbio

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a risco de câmbio associado a aplicações financeiras em moedas estrangeiras devido as variações nas taxas de câmbio.

O risco de câmbio associado a empréstimos em moeda estrangeira, está atenuado pela contratação de instrumentos financeiros derivativos do tipo Swaps, que estabelece uma paridade futura entre moedas: o Real e o dólar tomando-se como base a paridade do momento da contratação corrigida por uma determinada taxa de juros prefixada.

c) Risco de taxa de Juros

O risco inerente a taxa de juros surge em virtude da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de juros vinculados ao CDI, os quais a Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados. Para atenuar esta exposição, a Companhia e suas controladas concentra suas aplicações financeiras em títulos de renda fixa indexados à variação do CDI.

d) Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas administram seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo, monitorando o risco de insuficiência de recurso. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a administração mantém flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

28. Seguros

A Companhia e suas controladas adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado.

Fernando Fagundes Parrillo - Diretor-Presidente

Vania Aparecida Fazecas - Contadora: CRC 1SP 176014/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos:
Acionistas e Administradores da
Prevent Senior Participações S.A. ("Companhia")
Opinão

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Prevent Senior Participações S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Prevent Senior Participações S.A. e suas controladas**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar (ANS) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Companhia**, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidada, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidada, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidada, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidada ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidada representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das Companhia ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2020.



RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/0-7 "S" RJ

Roberto Henrique Santini
Contador
CRC SP-247.963/0-5